



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

ACTA N.º 06/2009

Aos vinte e seis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo referido que “esta primeira sessão extraordinária da Assembleia Municipal foi marcada para o dia 26 de Novembro, dia em que se comemora o Dia do Poder Local. Assim, será assinalado por este Órgão Deliberativo, o Dia do Poder Local que pretende prestar uma homenagem à Democracia. O Poder Local é, por definição, o nível de poder mais próximo das populações e aquele que tem uma influência quotidiana e directa na vida da Comunidade. Nas últimas décadas temos assistido a um desenvolvimento considerável do nosso país e do nosso Concelho, em particular, por força do Poder Local.”

Procedeu-se de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Leonel da Rosa da Silveira; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; André Carvalho Almeida; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Paula Catarina Castelo Borges Andrade; Rosa Maria Cabral Borges; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Rodolfo Martins Marques da Silva; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa;

António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Anabela da Silva Calisto.

Não compareceram à sessão os membros: Nuno Filipe Medeiros Martins; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, Durval Carlos Almeida Faria, Marco Paulo da Silva Teixeira e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes e assistiram à sessão, o público que participou na inauguração da Exposição que assinalou o Dia do Poder Local "Lagoa, 33 anos de Poder Local Democrático".

Pelos membros: Nuno Filipe Medeiros Martins e Albertina Maria da Costa Oliveira foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão extraordinária de 26 de Novembro de 2009.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – PROPOSTA - LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o lançamento anual de derrama, cujo teor abaixo se transcreve:

"Considerando que, o Concelho de Lagoa tem evidenciado um crescimento ao nível do número de empresas nos últimos anos, que se apresentou acima da média regional;

Considerando que, é objectivo da Câmara Municipal melhorar a competitividade e a economia no âmbito do sector empresarial, criando, para tal, condições adequadas à fixação de mais empresas e respostas às expectativas dos empresários;

Considerando que, é o objectivo da Câmara Municipal de Lagoa continuar a incentivar a actividade comercial, turística e industrial da grande maioria das

empresas do Concelho, bem como criar condições para a criação de novas empresas e postos de trabalho;

Proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, que:

a) De acordo com o preconizado no nº 1 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, delibere o lançamento anual de derrama de **0,95%** sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território;

b) Que nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei acima mencionada, delibere lançar uma taxa reduzida de derrama de **0,50%** para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00.”

O membro Paulo Jorge Borges referiu que os membros do PSD de Lagoa propõem a esta Assembleia Municipal uma versão diferente da que foi apresentada pela Câmara Municipal. As razões de apresentação da proposta são claras, face à actual situação de crise e de forma a incentivar as micro e as pequenas empresas que são geradoras de emprego e de estabilidade familiar, propondo que esta Assembleia Municipal delibere lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, felicitou todos os membros que fazem parte desta Assembleia Municipal e desejou que os trabalhos corressem bem, à semelhança do anterior mandato.

Sobre as propostas apresentadas pela Câmara Municipal, referiu que iria fazer um enquadramento relativamente à situação económica actual e que seria comum aos primeiros três pontos da agenda de trabalhos desta sessão. Comentou que seria bom que não houvesse impostos, mas os Municípios precisam de receitas. Constituem receitas dos Municípios: o produto da cobrança dos impostos municipais e da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo Município; o produto de empréstimos e as transferências financeiras do Orçamento do Estado.

A situação económica de crise também afectou as receitas arrecadas ao longo deste ano, principalmente as taxas provenientes da actividade do sector imobiliário que serão no final de 2009, inferiores ao ano anterior, em cerca de 400.000,00 €. Foi proposto pela Câmara Municipal manter as actuais taxas e não há condições para a redução dos valores da Derrama e do IMI, face aos compromissos da Câmara Municipal com os seus fornecedores.

O Senhor Presidente da Câmara expôs ainda que a derrama não é custo para as Empresas e é calculada sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). A maior receita de derrama é referente às empresas com um volume de negócios superior a 150 mil euros, como por exemplo: o Modelo de Lagoa, a Fábrica de Sabões e as Farmácias, sendo que as pequenas empresas não pagam a derrama. Concluiu que a proposta apresentada foi assente numa política coerente e comum aos três pontos desta agenda de trabalhos.

O membro Pedro Monteiro questionou em termos de receitas o que representa os 400.000,00 € que a Câmara Municipal irá receber a menos, neste ano de 2009.

O Senhor Presidente da Câmara informou que representa 10% das receitas totais de transferências financeiras do Orçamento do Estado.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que depois da explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara ficou confuso e se não é representativo o valor de derrama pago pelas pequenas empresas, porquê manter uma taxa reduzida de derrama de 0,50% e não reduzir para 0,1% conforme a proposta que apresentaram. Realçou a importância de uma “boa gestão” relativamente à cobrança de taxas, rendas e afins e houve por parte desta Câmara Municipal uma má gestão na cobrança de receitas. Nos orçamentos os valores das receitas são sempre empoladas e depois apresentam valores com taxas de execução baixas e diferentes dos inicialmente previstos.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a perda de receita este ano é em comparação com a receita arrecadada no ano anterior. Na gestão seguida pela Câmara Municipal foi feito tudo o que foi possível para a cobrança de receitas. Em relação ao edifício do Restaurante Porto dos Carneiros, já ocorreu a tomada de posse efectiva do edifício, pelo Município de Lagoa, através do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

O membro Roberto Oliveira comentou que o Senhor Presidente da Câmara expôs que a derrama não é custo mas julga que não está correcto dizer que não é um custo. Opinou que deveria ser feito um estudo para apurar qual o valor da receita da taxa

reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que em 2008, foi aprovado lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50%, mas não foi ainda calculado o impacto desta receita, em relação ao ano anterior.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Cláudia Maria Medeiros Galego; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Pedro Miguel da Silva Monteiro e a abstenção do membro Roberto Manuel Sousa Oliveira, dos vinte e três membros presentes:

1º Autorizar o lançamento anual de derrama de 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00, nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 2 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Em 12 de Novembro de 2003, foi publicado o Decreto-Lei nº 287/2003, que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

De acordo com o nº 4 do artigo 112º do referido Decreto - Lei os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do nº 1 do citado artigo.

Sobre o assunto, proponho à Câmara Municipal para ser presente à Assembleia Municipal, a afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos **0,7%**;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI **0,3%.**”

O membro Paulo Jorge Borges referiu que os membros do PSD de Lagoa propõem uma redução do IMI para os Prédios urbanos em 0,6% e para os Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI em 0,25%, pelas mesmas razões apontadas no ponto anterior.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Cláudia Maria Medeiros Galego; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rosa Maria Cabral Borges; Pedro Miguel da Silva Monteiro e a abstenção do membro Roberto Manuel Sousa Oliveira, dos vinte e três membros presentes:

1º A afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2010, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,7%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,3%;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 3 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro (que aprova a Lei das Comunicações Electrónicas) prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma taxa municipal de direito de passagem (TMDP).

De acordo com a alínea b) do nº 2 do artigo 106º da referida lei, a taxa deverá ser aprovada anualmente por cada Município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%, pelo que proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2010, em **0,25%.**”

O membro Vasco Garcia referiu que sempre achou estranha a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) e comentou que compreendia a gestão Camarária e a preocupação quando apresentavam diminuições neste e em outros sectores. Em sua opinião, o Município de Lagoa, deveria dar o exemplo de preparar um faseamento na fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) até chegar a 0%. Questionou quanto representava a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) no Concelho de Lagoa.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a percentagem da Taxa Municipal de Direitos de Passagem era quase zero em relação ao total das receitas.

O membro Vasco Garcia referiu que então tinha razão de ser a sua intervenção, em alguns Municípios a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) pode representar muito, mas não para o Concelho de Lagoa.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que os membros do PSD de Lagoa propõem à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2010, em 0,0%.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem só se aplica às comunicações e os Municípios pretendem que haja no futuro uma compensação com a iluminação pública. Por uma questão de princípio o Município de Lagoa não deveria isentar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem e seria importante manter a referida taxa, para mais tarde, se poder compensar esta receita com a facturação da iluminação pública.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Cláudia Maria Medeiros Galego; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Pedro Miguel da Silva Monteiro e a abstenção da membro Rosa Maria Cabral Borges, dos vinte e três membros presentes:

1º A afixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2010, em 0,25%;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 4 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL:

Pela Câmara Municipal foi presente o Parecer do Fiscal Único, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) - Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de Junho de 2009, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados por Natureza e nos Mapas de Execução Orçamental, a fim de ser submetido à Assembleia Municipal, de acordo com o nº 3 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais.

O membro Paulo Jorge Borges solicitou que o Senhor Presidente da Câmara se pronunciasse sobre o Parecer do Fiscal Único.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que este parecer resultou de uma obrigação legal, referindo-se à Informação Financeira do 1º semestre de 2009 e foi apresentado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados que tem uma prestação de serviços de Auditoria Externa com a Câmara Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges comentou que este Parecer não é muito esclarecedor, nomeadamente no ponto número 8 (oito).

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira semestral, remetido nos termos do nº 3 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais.

PONTO Nº 5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DO POMBAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Pombal que abaixo se transcreve:

“Atendendo que, a Câmara Municipal de Lagoa pretende alterar os termos de referência do Plano de Pormenor da Zona do Pombal, Regulamento nº 38/2008

publicado em 18 de Janeiro de 2008, entrando em vigor cinco dias após a data da sua publicação no Diário da República, 2ª Série nº 13.

Considerando que, a alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Pombal surge na sequência da dificuldade de execução da cave -2 do lote 36 do Plano Pormenor da Zona do Pombal, devido ao solo extremamente rochoso e ao elevado encargo da sua execução e consolidação.

Considerando que os objectivos da alteração ao Plano de Pormenor são:

- Aumento da área do Lote 36 com a inclusão da Praça Institucional no respectivo lote, mantendo o idêntico uso público na estrutura funcional do Plano Pormenor;
- Eliminação da cave -2 do Lote 36, devido à sua inexecutabilidade de realização, e o aumento da área da cave -1 do lote 36, sob a Praça Institucional, compensado o número de lugares de estacionamento extinguidos na cave -2;
- Rectificar os acessos (arruamentos, passeios e novos acessos à nova cave de estacionamento) para melhorar a acessibilidade, em torno de um conjunto de lotes propostos.

O Plano Pormenor do Pombal engloba uma área de 202.121,60 m², e prevê uma área de construção total de cerca de 88.662,47 m².

Proponho que, seja efectuada uma alteração por adaptação de acordo com a alínea d) do artigo 97º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, republicado pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro, ou seja, decorrente da variação total máxima de 3% da área de construção inicialmente prevista no plano pormenor.

É acautelando a variação inferior a 3%, prevista pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro republicado pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro.”

O membro Paulo Jorge Borges solicitou que fosse apresentada uma planta com a proposta de alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Pombal, que lhe foi prontamente apresentada.

Referiu o membro Paulo Jorge Borges que no documento enviado para aprovação da Assembleia Municipal da proposta de alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Pombal, nas explicações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara em reunião Camarária, não ficou bem esclarecido que o uso a ser dado ao aumento da área do Lote 36, com a inclusão da Praça Institucional no respectivo lote, se refere ao uso do subsolo.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que conforme descrito na proposta apresentada o aumento da área do Lote 36, com a inclusão da Praça

Institucional no respectivo lote, será para uso do subsolo, para aumento da área da cave -1 do lote 36, sob a Praça Institucional, para compensar o número de lugares de estacionamento extinguidos na cave -2, mantendo-se o idêntico uso público na estrutura funcional do Plano Pormenor.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções dos membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Cláudia Maria Medeiros Galego; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Francisco Manuel Mendonça Vieira e Pedro Miguel da Silva Monteiro, dos vinte e três membros presentes:

1º Aprovar a proposta apresentada de alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Pombal, por adaptação de acordo com a alínea d) do nº 1 do artigo 97º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, republicado pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro, ou seja, decorrente da variação total máxima de 3% da área de construção inicialmente prevista no plano pormenor;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Pelo membro Paulo Jorge Borges foi apresentado o seguinte pedido: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, venho por este meio e para os fins convenientes solicitar que me seja facultado, na qualidade de deputado municipal desta Assembleia Municipal, uma cópia em papel da planta do Plano de Pormenor da Zona do Pombal."

PONTO Nº 6 - ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA, PARA PARTICIPAR NO XVIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:

Pela Associação Nacional de Municípios Portugueses foi presente a circular nº 131/2009 (A), de 20 de Outubro de 2009, que abaixo se transcreve:

"Nos termos dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, realiza-se nos dias 4 e 5 de Dezembro, no Pavilhão Multiusos em Viseu, o XVIII Congresso da ANMP.

A acontecer na sequência das Eleições Autárquicas de 11 de Outubro, o XVIII Congresso será electivo e dele resultará a nova constituição dos órgãos da ANMP, a saber, a Mesa do Congresso, o Conselho Geral, o Conselho Directivo e o Conselho Fiscal. Serão também discutidas e aprovadas as Linhas Gerais de Actuação para o

novo mandato, na defesa dos interesses do Poder Local, das Autarquias e das Populações que estas representam.

Tratando-se, agora, de uma primeira informação, oportunamente será enviada toda a documentação necessária para efeitos de participação no Congresso, designadamente a convocatória e instruções de inscrição. Recomendamos, entretanto, a consulta regular do site www.anmp.pt onde a informação existente está a ser disponibilizada.

Permitimo-nos lembrar que, nos termos do nº 2 do artigo 6º dos Estatutos da ANMP, participam no XVIII Congresso: o Presidente da Câmara Municipal, ou seu substituto, o Presidente da Assembleia Municipal, ou seu substituto e um Presidente de Junta de Freguesia eleito em Assembleia Municipal. Participam, igualmente, os actuais titulares efectivos dos órgãos da ANMP (Conselho Geral, Conselho Directivo e Conselho Fiscal), mesmo que não reeleitos nas eleições autárquicas de 11 de Outubro.

Permitimo-nos, também, chamar a atenção para a necessidade de, na próxima reunião do órgão a que Vª Excia preside se proceder à eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e seu substituto, também Presidente de Junta) que, em representação de todas as Juntas de Freguesia desse Concelho, participará no Congresso.

Disponíveis para prestar outros esclarecimentos tidos por necessários, apresentamos os melhores cumprimentos.”

O membro Vasco Garcia referiu que em questões de representantes dos Órgãos Autárquicos em Associações externas, deveria ficar expresso o princípio de rotatividade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que sempre foi aplicado o princípio de rotatividade, na eleição da representação de membros de Juntas de Freguesia, desta Assembleia Municipal, em Órgãos externos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos membros: Cláudia Maria Medeiros Galego; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Pedro Miguel da Silva Monteiro e a abstenção do membro Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia, dos vinte e três membros presentes, eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Roberto Manuel Pereira de Sousa, para participar no XVIII Congresso da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Mais deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes, eleger o membro substituto, a Presidente de Junta de Freguesia do Cabouco, Anabela da Silva Calisto, para participar no XVIII Congresso da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses e aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava concluída a análise dos assuntos da agenda de trabalhos desta sessão extraordinária e em seguida seria distribuído por todos os membros o Regimento da Assembleia Municipal de Lagoa – Açores, elaborado de acordo com a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O membro Pedro Monteiro referiu que foi a sua primeira participação como membro nesta Assembleia Municipal e julgava que houvesse mais dignidade e a oportunidade de todos os membros participarem.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que foi concedido a todos os membros o seu direito à participação nos assuntos que foram analisados. Esta foi uma sessão extraordinária e de acordo com o Regimento nas sessões extraordinárias só pode a Assembleia Municipal deliberar sobre as matérias para que haja sido expressamente convocada. Nas sessões ordinárias há um período antes da ordem do dia, com a duração máxima de sessenta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a Autarquia, nos termos da Lei das Autarquias Locais.

O membro Paulo Jorge Borges questionou se o Regimento da Assembleia Municipal de Lagoa – Açores não deveria ser aprovado por este novo Órgão Deliberativo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Regimento da Assembleia Municipal de Lagoa – Açores está actualizado face à actual legislação e não houve alterações à Lei das Autarquias Locais. Informou ainda que o mesmo se encontra disponível no Portal da Câmara Municipal.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e vinte minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
